

A participação da sociedade, eixo central da Reforma Sanitária Brasileira, encontra-se presente na concepção de saúde enquanto direito do cidadão e dever do Estado, na definição dos princípios de universalidade, integralidade e equidade das políticas de saúde e na institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), descentralizado e com controle social.

Entretanto, o significado de participação social guarda uma historicidade com o contexto no qual emerge, adquirindo novos sentidos à medida que são colocados em debate público processos de ampliação, qualificação e fortalecimento da democracia, pressuposto essencial à participação.

O sentido do controle da sociedade nas políticas de Estado, dado pela Reforma Sanitária, preconiza a participação social, em cada unidade do sistema, e orienta a institucionalização de espaços na estrutura do Sistema Único de Saúde, por meio dos Conselhos e Conferências de Saúde, definidos nas Leis Orgânicas de Saúde (8080/90 e 8142/90).

Atualmente, cinco Conferências Nacionais de Saúde foram realizadas, após a VIII Conferência Nacional de Saúde de 1986, considerada marco da democratização no setor. Há 5560 conselhos municipais de saúde; 27 Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional de Saúde, constatando-se que o acúmulo da experiência do exercício do controle social reflete na formulação de políticas de saúde mais participativas, mais inclusivas e mais próximas das necessidades da população.

Constata-se, também, que a organização dos espaços instituídos de controle social reflete no desempenho protagônico dos conselhos, afirmando cada vez mais seu papel deliberativo e formulador de políticas, além do papel de fiscalizador das ações de gestão em saúde.

Apesar de essas constatações acumularem-se, também há problemas e desafios decorrentes tanto das necessidades intrínsecas aos processos de institucionalização da participação social e de ação deliberativa em contextos cada vez mais globalizados, quanto dos padrões de relação entre Governo e Sociedade, por meio da gestão participativa.

Os problemas e desafios que se apresentam geram, também, necessidades de novas reflexões teóricas e conceituais, de aperfeiçoamento dos mecanismos que garantam uma participação deliberativa e transparente, da produção de conhecimentos sobre a temática do desenvolvimento de estratégias de fortalecimento do controle social e de informação e comunicação para a sociedade, a respeito do sentido e das formas de participação política.

Neste sentido, a Revista Gestão e Saúde representa um dispositivo que guarda a capacidade de suscitar a discussão, a produção e a divulgação do conhecimento sobre gestão participativa em saúde o que inclui estudos sobre conselhos e conferências, estratégias de ampliação da esfera pública e a dinâmica da relação entre movimentos sociais e a formulação de políticas, principalmente trazendo para a arena de debates atores intrínsecos ao campo como discentes, docentes, pesquisadores, gestores e usuários da saúde.

Este número da Revista apresenta importantes subsídios para aprofundar a reflexão a respeito das relações entre Governo e Sociedade Civil na perspectiva da democracia participativa. Nesse sentido, destaca a emergência dos movimentos populares, como sujeitos ativos na formulação e controle social nas políticas de saúde, questionando o papel dessas instâncias e a necessidade de formação dos sujeitos para participarem de arenas deliberativas.

Explorando o universo da formação de profissionais de saúde, apresenta resultados de pesquisa sobre a compreensão do controle social em saúde pelos discentes dos cursos da área de saúde, discutindo o espaço da temática nos conteúdos e processos de formação, assim como descreve experiência de incentivo à participação e fortalecimento dos conselhos de saúde a partir de iniciativa dos estudantes do curso de medicina.

Finalmente, para cumprir seu papel de instrumento de divulgação do NESPROM/CEAM/UnB a Revista traz as vivências experimentadas ao discorrer sobre controle social em cursos de nível superior em modalidade à distância (EAD), bem como notas prévias e informes sobre as realizações e parcerias desenvolvidas pelo Núcleo.

Assim, é com bastante entusiasmo, e apostando que a Revista GESTÃO & SAÚDE representa uma forte estratégia para a implantação e desenvolvimento da gestão participativa em saúde, que convidamos aos leitores a se apropriarem da questão e se transformarem em defensores do direito à saúde e sujeitos da construção do SUS que queremos.

Editores Executivos